

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.1	Denominação.....	31
1.2	Conceito	31
1.3	Abrangência	32
1.4	Natureza Jurídica.....	33
1.5	Relação com Outros Ramos do Direito	34
1.6	Direito Processual Constitucional.....	35
1.7	Evolução Histórica.....	41
1.7.1	Evolução Histórica no Brasil	42
1.7.2	Teorias sobre o Processo.....	44

Capítulo 2

PACIFICAÇÃO DE CONFLITOS

2.1	Formas de Solução dos Conflitos	47
2.1.1	Autotutela.....	48
2.1.2	Autocomposição	49
2.1.2.1	Negociação	49
2.1.2.2	Conciliação e Mediação.....	50
2.1.2.3	Autocomposição na Administração Pública ..	57
2.1.3	Heterocomposição	60
2.1.3.1	Arbitragem	60
2.1.3.2	Jurisdição Estatal	67
2.2	Formas Alternativas de Solução de Conflitos	68

Capítulo 3

FONTES

3.1	Conceito	73
-----	----------------	----

3.2	Classificação.....	73
3.3	Fontes do Direito Processual Civil	74
3.3.1	Constituição.....	74
3.3.2	Leis	75
3.3.3	Normas Internacionais	77
3.3.4	Regimentos Internos.....	80
3.3.5	Jurisprudência.....	81
3.3.6	Costumes	84

Capítulo 4

PRINCÍPIOS

4.1	Conceito	85
4.2	Funções	86
4.3	Princípios do Direito Processual Civil	88

Capítulo 5

INTERPRETAÇÃO

5.1	Conceito	103
5.2	Classificação.....	103
5.3	Métodos	105

Capítulo 6

INTEGRAÇÃO

6.1	Lacunas.....	109
6.2	Integração.....	110
6.2.1	Analogia	112
6.2.2	Costumes	113
6.2.3	Princípios Gerais de Direito	113
6.2.4	Equidade	114

Capítulo 7

EFICÁCIA

7.1	Conceito	115
-----	----------------	-----

7.2	Eficácia no Tempo.....	116
7.3	Eficácia no Espaço	122

Capítulo 8

PODER JUDICIÁRIO

8.1	Organização do Poder Judiciário	125
8.2	Garantias e Vedações	128
8.3	Supremo Tribunal Federal.....	128
8.4	Conselho Nacional de Justiça.....	132
8.5	Superior Tribunal de Justiça.....	134
8.6	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	136
8.7	Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho.....	137
8.8	Tribunais e Juízes Eleitorais	138
8.9	Tribunais e Juízes Militares	140
8.10	Tribunais e Juízes dos Estados.....	140
8.11	Poderes, Deveres e Responsabilidades do Juiz.....	141
8.12	Impedimentos e Suspeição do Juiz.....	143

Capítulo 9

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

9.1	Ministério Público	147
9.1.1	Inquérito Civil	155
9.1.2	Termo de Ajuste de Conduta	158
9.1.3	Ação Civil Pública.....	162
9.1.4	Atuação do Ministério Público no Processo Civil.....	165
9.2	Advocacia Pública.....	168
9.2.1	Acordo em Conflito Judicial com a União	169
9.2.2	Dispensa e Autorização de Atos na Advocacia-Geral da União	171
9.2.3	Dispensa e Autorização de Atos na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.....	173
9.2.4	Transação Resolutiva de Litígio sobre Cobrança de Créditos da Fazenda Pública	178

9.3	Advocacia	181
9.4	Defensoria Pública	185

Capítulo 10

AUXILIARES DA JUSTIÇA

10.1	Introdução	189
10.2	Escrivão, Chefe de Secretaria e Oficial de Justiça	190
10.3	Perito	192
10.4	Depositário e Administrador	193
10.5	Intérprete e Tradutor	195
10.6	Conciliadores e Mediadores Judiciais	196

Capítulo 11

JURISDIÇÃO

11.1	Conceito	201
11.2	Escopos	205

Capítulo 12

COMPETÊNCIA

12.1	Conceito	207
12.2	Classificação da Competência	209
12.2.1	Competência Absoluta e Relativa	209
12.2.2	Competência em Razão da Matéria, da Pessoa, Funcional, Territorial e em Razão do Valor da Causa	210
12.2.3	Competência Civil e Criminal	212
12.2.4	Competência Comum e Especial	212
12.2.5	Competência Originária e Recursal	213
12.2.6	Competência Constitucional e Legal	214
12.2.7	Competência de Juízo	215
12.3	Limites da Jurisdição Nacional	218
12.4	Cooperação Internacional	222
12.5	Competência Interna	225
12.5.1	Disposições Gerais	226
12.5.2	Competência da Justiça Federal	229

12.5.3	Competência da Justiça Estadual.....	232
12.5.4	Competência da Justiça do Trabalho	236
12.5.5	Competência dos Juizados Especiais Cíveis	240
12.5.6	Competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	243
12.5.7	Competência Territorial.....	246
12.5.7.1	Ações Fundadas em Direito Pessoal ou em Direito Real sobre Bens Móveis.....	247
12.5.7.2	Ações Fundadas em Direito Real sobre Imóveis	249
12.5.7.3	Ações de Inventário, Partilha, Arrecadação, Cumprimento de Disposições de Última Vontade, Impugnação ou Anulação de Partilha Extrajudicial e em que o Espólio é Réu.....	251
12.5.7.4	Ações em que o Ausente é Réu.....	251
12.5.7.5	Ações em que o Incapaz é Réu.....	252
12.5.7.6	Ações em que a União é Parte.....	253
12.5.7.7	Ações em que o Estado ou o Distrito Federal é Parte	256
12.5.7.8	Ações de Divórcio, Separação, Anulação de Casamento e Reconhecimento ou Dissolução de União Estável.....	257
12.5.7.9	Ação de Alimentos.....	258
12.5.7.10	Ações em que Pessoa Jurídica é Ré	258
12.5.7.11	Ações quanto a Obrigações da Agência ou Sucursal	258
12.5.7.12	Ações em que Sociedade ou Associação sem Personalidade Jurídica é Ré.....	259
12.5.7.13	Ações sobre Obrigação a ser Cumprida	259
12.5.7.14	Ações sobre Direitos previstos no Estatuto do Idoso.....	260
12.5.7.15	Ações de Reparação de Dano praticado por Serventia Notarial ou de Registro.....	261
12.5.7.16	Ações de Reparação de Dano	261
12.5.7.17	Ações em que Administrador ou Gestor de Negócios Alheios é Réu	262

12.5.7.18	Ações de Reparação de Dano em razão de Delito ou Acidente de Veículos e Aeronaves.	262
12.6	Modificação da Competência	263
12.7	Prevenção	265
12.8	Foro de Eleição	266
12.9	Alegação da Incompetência	268
12.10	Prorrogação da Competência Relativa	269
12.11	Conflito de Competência.....	269

Capítulo 13

AÇÃO

13.1	Natureza Jurídica.....	271
13.2	Conceito	275
13.3	Elementos.....	278
13.4	Classificação.....	279
13.5	Condições da Ação.....	282
13.6	Substituição Processual	288
13.7	Perempção	296
13.8	Distribuição.....	296

Capítulo 14

PROCESSO

14.1	Conceito	299
14.2	Relação Jurídica Processual e Procedimento	300
14.3	Pressupostos Processuais.....	304

Capítulo 15

ATOS PROCESSUAIS

15.1	Conceito	307
15.2	Princípio da Publicidade	308
15.3	Forma dos Atos Processuais.....	310
15.4	Negociação Processual.....	311
15.5	Informatização do Processo Judicial.....	313

15.5.1	Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais.....	315
15.5.2	Processo Eletrônico	317
15.6	Atos das Partes	326
15.7	Atos do Escrivão.....	327
15.8	Tempo.....	328
15.9	Lugar.....	329

Capítulo 16

PRAZOS

16.1	Conceito	331
16.2	Dilação e Suspensão dos Prazos	332
16.3	Contagem dos Prazos	335
16.4	Prazos para o Juiz.....	338
16.5	Prazos para o Serventuário.....	339
16.6	Prazos para a Fazenda Pública.....	339
16.7	Prazos para o Ministério Público.....	340
16.8	Prazos para a Defensoria Pública.....	340
16.9	Prazo para Recurso.....	341
16.10	Preclusão.....	343

Capítulo 17

COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

17.1	Introdução.....	347
17.2	Citação	348
17.3	Intimação	355
17.4	Cartas	357
17.5	Cooperação Nacional.....	359

Capítulo 18

NULIDADES

18.1	Conceito	361
18.2	Vícios dos Atos Processuais	362
18.3	Princípios das Nulidades Processuais	363

Capítulo 19

CUSTO DO PROCESSO

19.1	Abrangência	369
19.2	Despesas Processuais	370
19.3	Honorários Advocatícios.....	376
19.4	Gratuidade da Justiça.....	395

Capítulo 20

PARTES

20.1	Sujeitos e Partes Processuais	403
20.2	Sucessão das Partes	404
20.3	Capacidade Processual.....	406
20.3.1	Capacidade de Ser Parte.....	406
20.3.2	Capacidade de Estar em Juízo	407
20.3.3	Capacidade Postulatória.....	413
20.4	Deveres das Partes e de seus Procuradores.....	417
20.5	Responsabilidade das Partes por Dano Processual.....	422

Capítulo 21

LITISCONSÓRCIO

21.1	Conceito	425
21.2	Classificação.....	425

Capítulo 22

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

22.1	Conceito	435
22.2	Classificação.....	437
22.3	Substituição do Réu pela Parte Legítima	437
22.4	Assistência	438
22.5	Denúnciação da Lide.....	440
22.6	Chamamento ao Processo.....	444
22.7	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	446

22.8	<i>Amicus Curiae</i>	451
22.9	Intervenção Anômala da União.....	454
22.10	Intervenção Anômala da Pessoa Jurídica de Direito Público ...	455

Capítulo 23

PETIÇÃO INICIAL

23.1	Requisitos	459
23.2	Pedido.....	466
23.3	Emenda da Petição Inicial.....	471
23.4	Indeferimento da Petição Inicial.....	471
23.5	Improcedência Liminar do Pedido	474

Capítulo 24

TUTELA PROVISÓRIA

24.1	Classificação.....	479
24.2	Disposições Gerais.....	480
24.3	Tutela de Urgência	486
24.4	Tutela Antecipada Antecedente.....	491
24.5	Tutela Cautelar Antecedente.....	496
24.6	Tutela da Evidência	505
24.7	Tutela Provisória em face da Fazenda Pública	507
24.8	Tutela Provisória na Sentença	512

Capítulo 25

DEFESA

25.1	Introdução.....	515
25.2	Classificação.....	516
25.3	Contestação	518
25.4	Reconvenção.....	523

Capítulo 26

REVELIA

26.1	Conceito	529
------	----------------	-----

26.2	Efeitos.....	530
26.3	Desdobramentos	531

Capítulo 27

FASE ORDINATÓRIA

27.1	Providências Preliminares	541
27.2	Não Incidência dos Efeitos da Revelia.....	542
27.3	Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito.....	542
27.4	Alegações do Réu.....	543
27.5	Julgamento Conforme o Estado do Processo	543
27.6	Extinção do Processo	544
27.7	Julgamento Antecipado do Mérito	544
27.8	Julgamento Antecipado Parcial do Mérito.....	545
27.9	Saneamento e Organização do Processo	546

Capítulo 28

SUSPENSÃO DO PROCESSO

28.1	Introdução.....	549
28.2	Hipóteses.....	549

Capítulo 29

AUDIÊNCIA

29.1	Princípio da Oralidade	555
29.2	Audiência de Instrução e Julgamento.....	556

Capítulo 30

PROVAS

30.1	Objeto da Prova.....	561
30.2	Classificação.....	562
30.3	Ônus da Prova.....	563
30.4	Valoração da prova.....	567
30.5	Produção Antecipada da Prova.....	568

30.6 Meios de Prova	570
30.6.1. Depoimento Pessoal e Interrogatório.....	573
30.6.1.1 Confissão.....	576
30.6.2 Documentos	578
30.6.2.1 Juntada	583
30.6.2.2 Documentos Eletrônicos	584
30.6.2.3 Exibição de Documento ou Coisa.....	586
30.6.2.4 Arguição de Falsidade.....	587
30.6.3 Ata Notarial.....	589
30.6.4 Testemunhas	589
30.6.5 Perícia.....	598
30.6.6 Inspeção Judicial	608

Capítulo 31

PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ

31.1 Espécies.....	609
31.2 Sentença	612
31.3 Efeitos da Sentença.....	615
31.4 Sentença sobre Emissão de Declaração de Vontade.....	617
31.5 Hipoteca Judiciária	617
31.6 Elementos Essenciais da Sentença	618
31.7 Sentença Líquida.....	622
31.8 Princípio da Congruência	623
31.9 Relação Jurídica Condicional.....	624
31.10 Fato Superveniente	625
31.11 Modificação da sentença.....	627
31.12 Ordem Cronológica para Proferir Sentenças e Acórdãos	627

Capítulo 32

COISA JULGADA

32.1 Conceito	631
32.2 Limites Objetivos da Coisa Julgada	636
32.3 Coisa Julgada e Questão Prejudicial.....	638

32.4	Limites Subjetivos da Coisa Julgada.....	640
32.5	Coisa Julgada nas Relações Jurídicas Continuadas.....	641
32.6	Função Positiva e Função Negativa da Coisa Julgada.....	642
32.7	Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada.....	644
32.8	Efeitos da Sentença Penal na Jurisdição Civil.....	647

Capítulo 33

RECURSOS E PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

33.1	Introdução.....	657
33.2	Conceito.....	657
33.3	Natureza Jurídica.....	658
33.4	Princípios.....	658
33.5	Classificação.....	662
33.6	Requisitos de Admissibilidade.....	662
33.7	Juízo de Mérito dos Recursos.....	675
33.8	Efeitos dos Recursos.....	675
33.9	Recurso Adesivo.....	687
33.10	Apelação.....	689
33.11	Agravo de Instrumento.....	693
33.12	Agravo Interno.....	708
33.13	Embargos de Declaração.....	710
33.14	Recurso Ordinário.....	715
33.15	Recurso Especial.....	717
33.16	Recurso Extraordinário.....	722
33.17	Interposição do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial.....	726
33.18	Efeitos do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário.....	727
33.19	Procedimento no Juízo Recorrido.....	727
33.20	Interposição Conjunta de Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	730
33.21	Julgamento do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial.....	731
33.22	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário.....	733
33.23	Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos.....	736
33.24	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	741
33.25	Embargos de Divergência.....	743

33.26	Correição Parcial.....	745
33.27	Reexame Necessário.....	746
33.28	Incumbências do Relator.....	748
33.29	Ordem dos Processos no Tribunal.....	750
33.30	Sustentação Oral.....	751
30.31	Vícios Sanáveis e Conversão em Diligência.....	753
30.32	Julgamento no Tribunal.....	757
30.33	Técnica de Julgamento em Prosseguimento.....	758
33.34	Registro e Publicação do Acórdão.....	762

Capítulo 34

UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

34.1	Introdução.....	765
34.2	Precedentes Vinculantes.....	766
34.3	Reclamação.....	772

Capítulo 35

INCIDENTES NOS TRIBUNAIS

35.1	Incidente de Assunção de Competência.....	777
35.2	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	779
35.3	Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	790
35.4	Conflito de Competência.....	793

Capítulo 36

AÇÃO RESCISÓRIA

36.1	Natureza jurídica.....	797
36.2	Cabimento.....	798
36.3	Competência.....	802
36.4	Legitimidade.....	804
36.5	Hipóteses de admissibilidade.....	806
36.6	Prazo.....	818
36.7	Procedimento.....	822

36.8 Depósito prévio	824
36.9 Decisão	826
36.10 Recurso	827
36.11 Ação Declaratória de Nulidade	828

Capítulo 37

HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA

37.1 Competência	833
37.2 Natureza Jurídica	833
37.3 Cooperação Jurídica Internacional	834
37.4 Homologação de Decisão Arbitral Estrangeira	834
37.5 Eficácia da Decisão Estrangeira	837
37.6 Medidas de Urgência no Processo de Homologação	837
37.7 Execução Fiscal e Divórcio Consensual	837
37.8 Decisão Estrangeira Concessiva de Medida de Urgência	838
37.9 Requisitos para a Homologação da Decisão Estrangeira	838
37.10 Execução da Decisão Estrangeira	840

Capítulo 38

LIQUIDAÇÃO

38.1 Natureza Jurídica	841
38.2 Limites	843
38.3 Modalidades	843
38.4 Juros e Correção Monetária	848

Capítulo 39

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

39.1 Natureza Jurídica	857
39.2 Procedimento	862
39.3 Partes	862
39.4 Intimação do Executado	863
39.5 Relação Jurídica sob Condição ou Termo	865

39.6	Títulos Executivos Judiciais	865
39.7	Competência	868
39.8	Protesto	869
39.9	Validade do Procedimento.....	870
39.10	Cumprimento Provisório da Sentença de Obrigação de Pagar Quantia Certa	871
39.11	Cumprimento Definitivo da Sentença de Obrigação de Pagar Quantia Certa	875
39.12	Impugnação ao Cumprimento da Sentença.....	879
39.13	Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos.	885
39.14	Cumprimento de Sentença de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública	893
39.14.1	Fazenda Pública	893
39.14.2	Precatório	896
39.14.3	Sequestro do Valor	898
39.14.4	Créditos de Natureza Alimentícia.....	899
39.14.5	Obrigações de Pequeno Valor	900
39.14.6	Preferência.....	904
39.14.7	Compensação.....	905
39.14.8	Juros e Correção Monetária.....	905
39.14.9	Cessão	907
39.14.10	Comprometimento de Receitas Correntes Líquidas...	907
39.14.11	Acordo Direto para Pagamento de Precatório de Grande Valor.....	909
39.14.12	Acordo Terminativo de Litígio contra a Fazenda Pú- blica.....	910
39.14.13	Procedimento.....	912
39.14.14	Cancelamento e Expedição de Novo Requisitório.....	914
39.15	Cumprimento de Sentença de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer.....	916
39.16	Cumprimento de Sentença de Obrigação de Entregar Coisa ..	919

Capítulo 40

PROCESSO DE EXECUÇÃO

40.1	Natureza Jurídica.....	921
------	------------------------	-----

40.2	Posturas do Juiz na Execução	923
40.3	Ato Atentatório à Dignidade da Justiça.....	924
40.4	Desistência	925
40.5	Ressarcimento ao Executado	925
40.6	Partes.....	925
40.7	Legitimidade Ativa.....	926
40.8	Legitimidade Passiva.....	928
40.9	Competência	931
40.10	Cadastros de Inadimplentes.....	932
40.11	Títulos Executivos Extrajudiciais	932
40.12	Inadimplemento, Certeza, Exigibilidade e Liquidez da Obrigação.....	937
40.13	Responsabilidade Patrimonial.....	939
40.14	Fraude à Execução	943
40.15	Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	949
40.16	Petição Inicial.....	955
40.17	Obrigações Alternativas	957
40.18	Nulidades e Exceção de Pré-executividade.....	958
40.19	Ineficácia.....	960
40.20	Execução pelo Modo Menos Gravoso	961
40.21	Execução de Entrega de Coisa Certa	962
40.22	Execução de Entrega de Coisa Incerta.....	963
40.23	Execução de Obrigação de Fazer ou de Não fazer.....	964
40.24	Execução de Obrigação de Fazer.....	964
40.25	Execução de Obrigação de Não Fazer.....	966
40.26	Execução por Quantia Certa	966
40.26.1	Citação	967
40.26.2	Averbação da Execução.....	968
40.26.3	Arresto.....	969
40.26.4	Penhora.....	969
40.26.5	Bens Impenhoráveis	969
40.26.6	Ordem de Preferência da Penhora	984
40.26.7	Penhora de Bem Gravado por Alienação Fiduciária ..	986
40.26.8	Penhora de Bem Hipotecado.....	989
40.26.9	Auto e Termo de Penhora	993

40.26.10 Depósito do Bem Penhorado	993
40.26.11 Intimação do Executado	994
40.26.12 Averbação da Penhora.....	995
40.26.13 Lugar da Penhora.....	995
40.26.14 Substituição do Bem Penhorado.....	997
40.26.15 Segunda Penhora.....	998
40.26.16 Alienação Antecipada.....	998
40.26.17 Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira.....	999
40.26.18 Penhora de Créditos	1001
40.26.19 Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas	1002
40.26.20 Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes.....	1003
40.26.21 Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa....	1004
40.26.22 Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel.....	1004
40.26.23 Avaliação	1005
40.26.24 Adjudicação	1007
40.26.25 Alienação	1010
40.26.26 Satisfação do Crédito	1020
40.27 Execução contra a Fazenda Pública.....	1021
40.28 Execução de Alimentos.....	1022
40.29 Embargos à Execução.....	1023
40.30 Parcelamento da Dívida.....	1031
40.31 Suspensão do Processo de Execução	1032
40.32 Extinção do Processo de Execução.....	1034
40.33 Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente	1034

Capítulo 41

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

41.1 Introdução.....	1041
41.2 Ação de Consignação em Pagamento.....	1042
41.3 Ação de Exigir Contas.....	1047

41.4	Ações Possessórias.....	1054
41.4.1	Manutenção e Reintegração de Posse.....	1059
41.4.2	Litígio Coletivo pela Posse.....	1062
41.4.3	Interdito Proibitório.....	1063
41.5	Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares.....	1064
41.5.1	Demarcação.....	1068
41.5.2	Divisão.....	1070
41.6	Ação de Dissolução Parcial de Sociedade.....	1074
41.7	Inventário e Partilha.....	1078
41.7.1	Legitimidade para Requerer o Inventário.....	1082
41.7.2	Inventariante e Primeiras Declarações.....	1083
41.7.3	Citações e Impugnações.....	1086
41.7.4	Avaliação e Cálculo do Imposto.....	1087
41.7.5	Colações.....	1089
41.7.6	Sonegação.....	1090
41.7.7	Pagamento das Dívidas.....	1091
41.7.8	Partilha.....	1092
41.7.9	Arrolamento.....	1098
41.7.10	Disposições Comuns.....	1101
41.8	Embargos de Terceiro.....	1103
41.9	Oposição.....	1110
41.10	Habilitação.....	1113
41.11	Ações de Família.....	1114
41.12	Ação Monitória.....	1118
41.13	Homologação do Penhor Legal.....	1127
41.14	Regulação de Avaria Grossa.....	1129
41.15	Restauração de Autos.....	1131

Capítulo 42

PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

42.1	Conceito.....	1135
42.2	Disposições Gerais.....	1137
42.3	Notificação e Interpelação.....	1144

42.4	Alienação Judicial.....	1145
42.5	Divórcio e Separação Consensuais, Extinção Consensual de União Estável e Alteração do Regime de Bens do Matrimônio.....	1146
42.6	Testamentos e Codicilos.....	1149
42.7	Herança Jacente.....	1154
42.8	Bens dos Ausentes	1157
42.9	Coisas Vagas	1159
42.10	Interdição	1160
42.10.1	Curatela da Pessoa com Deficiência	1167
42.11	Disposições Comuns à Tutela e à Curatela.....	1169
42.12	Organização e Fiscalização das Fundações	1170
42.13	Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo.....	1173

Capítulo 43

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

43.1	Mandado de Segurança.....	1177
43.2	<i>Habeas Corpus</i>	1195
43.3	<i>Habeas Data</i>	1202
43.4	Mandado de Injunção.....	1205
43.5	Ação Popular.....	1209

Capítulo 44

PROCESSO COLETIVO

44.1	Origem.....	1215
44.2	Relevância.....	1216
44.3	Microsistema	1217
44.4	Direitos Coletivos	1219
44.5	Princípios	1224
44.6	Ação Civil Pública e Ação Civil Coletiva.....	1227
44.7	Legitimidade.....	1227
44.8	Substituição Processual	1237
44.9	Competência	1239

44.10	Liquidação e Execução	1242
44.11	Litispêndênciã	1249
44.12	Coisa julgada	1253
44.13	Abrangênciã Territorial	1264
44.14	Despesas Processuais	1270
44.15	Prescriçãõ	1272
44.16	Açãõ de Improbidade Administrativa	1273

Capítulo 45

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

45.1	Introduçãõ.....	1281
45.2	Fundamento Constitucional e Previsãõ Legal	1282
45.3	Princípios	1283
45.4	Competênciã do Juizado Especial Cível Estadual.....	1285
45.5	Competênciã do Juizado Especial Federal Cível	1287
45.6	Competênciã do Juizado Especial da Fazenda Pùblica.....	1289
45.7	Partes	1290
45.8	Capacidade Postulatãria.....	1291
45.9	Juiz, Conciliadores e Juizes Leigos.....	1292
45.10	Atos Processuais e Prazos	1293
45.11	Petiçãõ Inicial.....	1294
45.12	Designaçãõ de Sessãõ de Conciliaçãõ.....	1295
45.13	Tutela Provisória	1295
45.14	Citaçãõ e Intimaçãõ	1296
45.15	Revelia.....	1298
45.16	Conciliaçãõ.....	1298
45.17	Instruçãõ e Julgamento	1300
45.18	Resposta do Réu	1301
45.19	Provas.....	1301
45.20	Sentençã	1303
45.21	Recurso Inominado	1305
45.22	Agravo Interno	1306
45.23	Agravo de Instrumento	1307

45.24 Embargos de Declaração.....	1308
45.25 Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal.....	1308
45.26 Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei.....	1310
45.27 Não Cabimento de Recurso Especial	1312
45.28 Recurso Extraordinário.....	1312
45.29 Cumprimento da Sentença nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais	1313
45.30 Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.....	1314
45.31 Cumprimento da Sentença nos Juizados Especiais Federais Cíveis	1315
45.32 Cumprimento da Sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	1316
BIBLIOGRAFIA.....	1319